

**Visibilidade e Comunicação Popular na Amazônia:
estudo do site MAB Tag - Rondônia**

***Visibility and Popular Communication in the Amazon:
a study of the MAB Tag – Rondônia website***

Bruna de Paula PINHEIRO¹
Valmir Teixeira de ARAÚJO²

Resumo

O artigo analisa o conteúdo do site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – TAG Rondônia, a fim de compreender a relevância dessa experiência de comunicação popular para a visibilidade de grupos historicamente marginalizados em um território marcado por contradições socioeconômicas, como o estado de Rondônia, que abriga duas das maiores usinas hidrelétricas do Brasil – Santo Antônio e Jirau. O trabalho também mobiliza a perspectiva da interseccionalidade como aporte teórico-analítico para discutir a presença de marcadores sociais de classe e gênero nas publicações. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo das matérias publicadas no ano de 2025, cujos resultados indicam que o site se configura como um espaço estratégico de comunicação popular, contribui para ampliar a visibilidade das comunidades atingidas e evidencia como diferentes marcadores sociais se articulam nas disputas por representação de gênero na esfera midiática.

Palavras-chave: Comunicação. Comunitária. Rondônia. MAB. Mulheres.

Abstract

The article analyzes the content of the website of the Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – TAG Rondônia, in order to understand the relevance of this experience of popular communication for the visibility of historically marginalized groups in a territory marked by socioeconomic contradictions, such as the state of Rondônia, which hosts two of the largest hydroelectric power plants in Brazil – Santo Antônio and Jirau. The study also draws on the perspective of intersectionality as a theoretical and analytical framework to discuss the presence of social markers of class and gender in the publications. To this end, a content analysis of articles published in 2025 was conducted. The results indicate that the website constitutes a strategic space of popular communication, contributes to increasing the visibility of affected communities, and highlights how different social markers intersect in disputes over gender representation within the media sphere.

Keywords: Communication. Community. Rondônia. MAB. Women.

¹Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: brunadepaula.elage@gmail.com

²Doutor em Comunicação Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Grupo de Estudos em Comunicação Regional e Interseccionalidades (GECORI/UNIR). E-mail: valmir.araujo@unir.br

Introdução

O jornalismo desempenha papel central na construção de narrativas e na mediação de debates públicos. Entretanto, determinados grupos, como os movimentos sociais, foram historicamente invisibilizados nos meios de comunicação tradicionais. Nesse contexto, a comunicação popular no portal do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), busca maneiras alternativas de informação, para tensionar estruturas hegemônicas e inserir novas vozes que foram de algum modo silenciadas para um debate social.

Em seu livro *Extensão ou Comunicação* (1969), Paulo Freire defende a comunicação como um modo de diálogo, trocas de saberes e aprendizados mútuos, se reconhecendo em constante aprendizagem, para juntos transformarem a realidade. Dessa forma, as trocas de conhecimentos não se dão de forma vertical, mas sim horizontal, onde todos os sujeitos envolvidos têm voz, participação ativa e são valorizados em sua experiência e cultura.

Outro conceito relevante para a presente análise é o de interseccionalidade que, segundo Carla Akotirene (2019), constitui em uma perspectiva analítica voltada à compreensão das desigualdades sociais a partir da articulação entre diferentes marcadores sociais. Conforme destaca a autora, “a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista” (AKOTIRENE, 2019, p. 13). A partir desse referencial, torna-se possível compreender como categorias como raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas se entrecruzam, produzindo formas simultâneas e específicas de desigualdade.

No presente artigo, destacam-se especialmente as categorias de classe e gênero. Considerando que a análise se concentra em textos publicados no portal, a dimensão racial não pôde ser observada de forma sistemática, uma vez que nem sempre aparece explicitamente nas matérias analisadas. Ainda assim, a perspectiva interseccional contribui para orientar a leitura crítica do material, permitindo compreender como diferentes marcadores sociais se articulam na produção midiática e nas disputas por visibilidade no âmbito da comunicação popular.

A metodologia adotada foi a análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), entendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de descrição e interpretação

que permite identificar sentidos, recorrências e categorias presentes nos textos analisados. A partir dessa abordagem, foram examinadas as matérias publicadas no site do MAB com a TAG “Rondônia”, no período de janeiro a dezembro de 2025, totalizando dez publicações. Com base no referencial teórico sobre comunicação popular e interseccionalidade, buscou-se compreender a relevância dessa experiência comunicacional, bem como identificar de que forma os marcadores sociais de classe e gênero aparecem na produção da comunicação comunitária.

Para melhor delimitar o objeto de estudo - o site do MAB com a TAG “Rondônia” - recorreu-se à classificação proposta por Cicilia Peruzzo (2025), que caracteriza determinadas iniciativas como Comunicação Popular de Vetor Comunal Raiz. Segundo a autora, esse tipo de comunicação se define por seu caráter participativo e dialógico, com protagonismo das próprias comunidades e movimentos sociais, sendo produzida pelas comunidades, com elas e para elas. Trata-se de uma prática comunicacional marcada pela criticidade e pelo engajamento nas lutas sociais, com o objetivo de fortalecer o respeito aos direitos humanos e ampliar a participação política na sociedade.

O papel da Comunicação Popular

Esta parte pode vir logo após a Introdução ou depois da Metodologia, de acordo com a preferência dos autores. Deve contemplar aspectos como revisão de literatura, contextualização dos conceitos, aporte teórico baseado em autores que fundamentam o assunto ou tema.

Os meios de comunicação alternativos e populares se configuram como formas de fazer imprensa que também se apoiam no jornalismo, mas seguem caminhos bem distintos daqueles adotados pela mídia tradicional. Como aponta Cicilia Peruzzo (2009, p.49), esse tipo de comunicação está profundamente ligado às lutas sociais, assumindo um caráter “crítico-emancipador” e “reivindicativo”, no qual o povo ocupa o lugar central como protagonista. Nessa perspectiva, os canais alternativos e populares se posicionam como contra-hegemônicos, ou seja, questionam e tensionam as estruturas dominantes.

A comunicação popular, alternativa e comunitária pode ser entendida como uma expressão das mobilizações sociais em busca de melhores condições de vida. Ela nasce, em grande medida, dos movimentos populares e se consolida como um espaço de participação democrática. Mais do que informar, atua como instrumento político das

classes subalternizadas, permitindo que expressem suas visões de mundo, seus desejos e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Peruzzo (2025) amplia essa compreensão ao destacar que os meios de comunicação popular, especialmente no chamado vetor comunal raiz, constituem um fenômeno característico da Comunicação Popular. Segundo a autora, esses meios são criados por movimentos sociais, comunidades e coletivos, funcionando como espaços próprios de expressão das demandas, reivindicações e visões dos setores minorizados das classes subalternizadas.

Ela [Comunicação no vetor comunal raiz] se expressa em iniciativas com estreitos vínculos comunitários e em perspectivas emancipatórias. Portanto, nesse vetor, incluem-se a comunicação comunitária quando mantém relações orgânicas com as comunidades e detém o reconhecimento destas por sua representatividade e favorecimento da participação popular local ativa em seus processos organizativos e na geração e difusão de conteúdos. (Peruzzo, 2025, P.129).

O termo “alternativa” ganhou força especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, quando surgiram meios de comunicação que se colocavam à margem da imprensa tradicional — muitas vezes limitada pela censura. Nesse contexto, a chamada imprensa alternativa desempenhou um papel fundamental ao oferecer análises críticas ao governo e às suas ações.

Atualmente, a ideia de jornalismo alternativo passou a abarcar veículos que apresentam conteúdos e abordagens diferenciadas ou mais especializadas. Esses meios podem, em alguns casos, manter vínculos com propostas populares, voltadas às classes subalternizadas, mas também podem assumir formatos comerciais semelhantes aos da mídia tradicional.

Já o conceito de comunicação comunitária começa a se fortalecer no Brasil no final do século XX, sendo associado, principalmente, aos meios criados e geridos pelas próprias comunidades, como rádios e TVs comunitárias. Aqui, o foco está em uma comunicação feita pelo povo, para o povo, com objetivos de transformação social e emancipação.

Segundo Fábio Miani (2011, p.230-231), a comunicação comunitária envolve processos participativos que valorizam as experiências e subjetividades presentes no coletivo. Seu sentido principal está justamente em seu caráter contra-hegemônico dentro do campo da comunicação.

Por outro lado, nas últimas décadas, a própria mídia tradicional passou a incorporar o termo “comunicação comunitária” em seus conteúdos, geralmente para designar pautas relacionadas a periferias ou questões sociais. Nesses casos, trata-se mais de uma editoria ou seção específica dentro do veículo, e não de uma prática comunicacional construída a partir da participação direta das comunidades.

Para compreender melhor essa diferença, é importante destacar que, embora a imprensa tradicional também dialogue com as classes populares, ela o faz dentro de uma lógica comercial. Nessa dinâmica, os sujeitos retratados raramente ocupam o papel de protagonistas. Assim, mesmo quando aborda temas comunitários, a mídia tradicional tende a operar orientada por interesses de mercado, e não necessariamente por uma perspectiva crítica voltada à emancipação social.

Movimento Atingido por Barragens (MAB)

Os protestos das populações atingidas por barragens contra as injustiças praticadas por empresas e governos na construção das Usinas Hidrelétricas é antiga e eram protestos isolados, pouco organizados. Ainda no período da ditadura militar, no final da década de 1970, uma assembleia, convocada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, com o apoio de membros da Igreja Luterana e dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores que foram expropriados de suas terras pela construção da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná.

Em coletivo, criaram o Movimento Justiça e Terra, por indenização justa, pois enfrentavam os mesmos problemas com a implementação de projetos de hidrelétricas como ameaças e agressões, juntos acamparam em frente ao escritório da empresa em Santa Helena, no Paraná, exigindo abertura de negociações.

Foi um dos primeiros registros de acampamentos da organização dos atingidos e, simultâneo de outros estados como: Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros focos espalhados pelo país. Por conta da troca de experiências surgiu a ideia de realizar uma primeira reunião nacional dos atingidos por barragens. A decisão foi tomada em um encontro em Chapecó, Santa Catarina, em 1987.

A construção de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia iniciou na década de 1960 e, no estado de Rondônia, na década de 80, durante o período da ditadura militar. A Usina Hidrelétrica de Samuel (UHS) foi a primeira grande hidrelétrica construída em

Rondônia, gerando um conflito que dura há mais de 30 anos, no qual muitas famílias foram retiradas de suas terras sem garantia de direitos. Houve indenizações consideradas injustas ou insuficientes, e grande parte das pessoas não foi reassentada até hoje, segundo a Fundação Oswaldo Cruz.

No I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (em abril de 1989), foi publicado o Manual do Atingido, que a seguinte definição: Movimento definiu como atingidos:

Todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independente do local em que vivem ou trabalham. É assim que o Movimento pensa: todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido. Ainda hoje a ampliação do conceito de atingido é objeto da luta política e social. (MAB, 2005, p.04),

Em 1991, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no mês de março, em Brasília. Os delegados vindos de todo o país decidiram fundar o MAB como um movimento nacional, popular e autônomo, com o objetivo de organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais. Para marcar o nascimento do movimento, foi decidido no dia da plenária final do I Congresso, 14 de março, como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país.

Os “atingidos por barragem” fazem parte do grupo crescente dos “refugiados do desenvolvimento”, termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura, como as estradas, ferrovias, bases de lançamento aeroespacial, portos, entre outros. Apresentados como “programas de desenvolvimento”, estes grandes projetos de investimento foram responsáveis, entre 1990 e 2000, pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de cem milhões de pessoas.

Se comparado às 43,3 milhões de pessoas deslocadas por motivos de guerras, conflitos e perseguições, incluindo neste conjunto os refugiados, os solicitantes de refúgio e os deslocados internos, segundo relatório divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2010.

Nos anos 2000, ocorreu a construção das UHE Jirau, Santo Antônio e Rondon II e, até 2020, foram construídas (ou estão em fase de construção) 21 Pequenas Centrais

Hidrelétricas (PCH) e 13 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), havendo ainda a previsão de mais duas hidrelétricas na fronteira com a Bolívia. Desde a construção das UHEs, a luta dos atingidos teve início, passando por um processo de organização e mobilização local. Antes, o MAB em Rondônia era denominado MABRO e somente em 2003 passou a integrar o movimento nacional (MAB), segundo o coordenador do movimento em Rondônia, Océlio Muniz.

De acordo com o Relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), publicado em 2000, em muitos casos as populações afetadas não participaram dos processos de tomada de decisão e, frequentemente, não receberam compensação adequada pelos prejuízos sofridos. O deslocamento involuntário de populações constitui um dos impactos sociais mais significativos decorrentes da construção de grandes barragens.

Atualmente, além de atuar na defesa dos direitos dos atingidos, o MAB reivindica a construção de um Projeto Energético Popular, com o objetivo de transformar estruturas consideradas injustas na sociedade. O movimento se define como uma organização de caráter nacional, autônoma, de massa e de luta, com expressões regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução, organizando pessoas atingidas por barragens antes, durante e após a construção dos empreendimentos.

A CMB estima que entre 40 e 80 milhões de pessoas tenham sido deslocadas por projetos de barragens em todo o mundo, incluindo tanto aquelas removidas fisicamente de seus territórios quanto aquelas que perderam acesso a recursos essenciais para sua subsistência. Esses impactos não se restringem à perda de moradia, mas envolvem também a perda de terras produtivas, a restrição de acesso à água e a outros recursos naturais, a desestruturação de redes sociais, a ruptura de sistemas econômicos locais e a perda de referências culturais. Em muitos casos, as populações deslocadas não foram devidamente registradas ou reconhecidas nos processos de planejamento, o que resultou na ausência de compensação ou de assistência adequada para reassentamento.

Estudos indicam ainda que comunidades diretamente afetadas por barragens frequentemente não têm acesso aos benefícios gerados por esses empreendimentos. Populações deslocadas podem não usufruir da energia elétrica produzida, agricultores impactados podem não se beneficiar de sistemas de irrigação e comunidades locais podem não ter acesso à água armazenada.

Segundo Peruzzo (2024), diante desse cenário, as iniciativas de comunicação popular e comunitária incorporam uma matriz epistemológica comunal como elemento fundamental de sua práxis, orientada por perspectivas humanistas, transformadoras, autônomas, dialógicas e educativas. Ainda segundo a Autora (2024, p. 127) trata-se de uma categoria importante da comunicação popular, cuja origem remonta à segunda metade do século XX, considerando o período de interrupção das formas de organização civil durante a Ditadura Militar, mas que permanece atual ao alimentar sentidos e práticas comunicacionais marcadas pelo caráter participativo e combativo no contexto das lutas sociais e da ampliação do exercício da cidadania, especialmente no âmbito de organizações comunitárias e movimentos sociais populares no Brasil.

Comunicação do MAB

As publicações no portal começaram nos anos 2000 e o site se consolidou como um dos principais meios de comunicação do movimento. Sua linha editorial articula jornalismo, opinião e produção de conteúdos com temáticas como gênero, classe social, políticas públicas, saúde e cultura. O site disponibiliza reportagens, artigos de opinião, entrevistas, colunas e biblioteca.

Segundo o artigo “A comunicação desde as barrancas do rio: Movimento dos Atingidos por Barragens”, de Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti (2016, p. 144), o Coletivo de Comunicação foi criado em 2006, com a realização de um curso de formação para militantes indicados, em sua maioria jovens, além de oficinas de elaboração de notas para a imprensa.

A comunicadora popular Liciane Andreoli, da Coordenação Nacional do MAB, afirma que a responsabilidade do Coletivo de Comunicação é compartilhada com a direção política do movimento em São Paulo e com representantes militantes indicados pelos estados onde o MAB atua, reunindo-se pelo menos duas vezes ao ano (entrevista realizada em 08/12/2014 por Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti).

A equipe nacional coordena todo o processo comunicativo e é formada por quatro jornalistas profissionais que atuam na construção e manutenção do site, na elaboração do jornal impresso, cartilhas, cartazes, panfletos, postais, CDs, DVDs e banners. Também participam militantes do movimento que atuam na comunicação, entre eles cinco jovens atingidos formados em Jornalismo, financiados pela Via Campesina, organização

internacional que reúne entidades de pequenos agricultores, trabalhadores rurais, povos indígenas, comunidades negras e outros movimentos sociais do campo em todo o mundo. Atualmente, a comunicação do movimento em Rondônia conta com apenas um militante para todo o estado.

Há registros de que, na véspera da comemoração do Dia Internacional de Luta contra as Barragens, em 2008, o movimento ocupou a Usina Hidrelétrica de Samuel e promoveu ações em mais seis estados, com apoio de integrantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em protesto contra o modelo energético brasileiro e a construção de barragens.

Segundo o MAB, cerca de 700 pessoas ocuparam a unidade termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho, reivindicando o assentamento de pessoas que foram desabrigadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, na década de 1980. De acordo com levantamento realizado pelo movimento, 650 famílias não foram assentadas e, nos assentamentos existentes, a infraestrutura era precária.

O estado possui duas das maiores usinas hidrelétricas do Brasil, Jirau e Santo Antônio, ambas localizadas no rio Madeira, que possui aproximadamente 2,3 mil km de extensão. A linha de transmissão Madeira liga as hidrelétricas em Rondônia até a subestação de Araraquara (SP), levando energia para diversas regiões do país, sendo considerada uma das maiores linhas de transmissão de alta tensão do mundo.

Segundo a pesquisa realizada pela Fiocruz em parceria com o MAB, intitulada “Saúde, água, energia, ambiente e trabalho: tecendo saberes na promoção de territórios sustentáveis e saudáveis”, com dados de 1940 a 2022, as construções e rompimentos de barragens no Brasil já atingiram mais de 4 milhões de pessoas. Problemas relacionados ao acesso à água, deslocamento forçado, saúde mental e violência de gênero estão entre os principais desafios enfrentados pelas populações atingidas. O estudo também aponta que as mulheres estão entre as principais afetadas pelos impactos das barragens.

Além disso, em 2012, com o apoio da ONU Mulheres, foi desenvolvido no estado um trabalho de denúncia das violações de direitos intensificadas pela construção das hidrelétricas, a partir da compreensão de que os impactos das barragens recaem de forma mais intensa sobre as mulheres. Foi realizado um diagnóstico participativo com 62 mulheres de quatro comunidades ribeirinhas afetadas pelas barragens de Jirau (São Carlos), Santo Antônio (Santa Rita, Joana D’Arc e São Carlos) e Samuel (Itapuã do

Oeste). O levantamento, conduzido pelas próprias mulheres, identificou as principais violações de direitos decorrentes das hidrelétricas.

Os resultados mostram que a área mais afetada é a esfera produtiva: 78% das mulheres atuam como camponesas e realizam trabalho doméstico, enquanto apenas 14% recebem remuneração. A chegada das barragens agravou a perda da terra, o deslocamento para centros urbanos e a dificuldade de inserção no trabalho remunerado.

O diagnóstico também evidencia o aumento da violência, da exploração sexual, da precarização do trabalho e a ausência de estruturas adequadas de saúde e educação nas comunidades atingidas. As mulheres relatam ainda exclusão dos processos de negociação com os consórcios responsáveis pelas barragens, apesar de desempenharem papel central na resolução dos conflitos posteriores. A maioria considera as indenizações injustas, afirmando que teria negociado de outra forma ou que não permitiria a construção das barragens.

Em 2016, foi produzido o documentário “Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica”, pelo Coletivo de Comunicação do MAB, em parceria com a Brigada Audiovisual “Eduardo Coutinho” e com o MST (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2016). O documentário apresenta depoimentos sobre violações de direitos humanos ocorridas durante a construção das hidrelétricas ao longo do rio Madeira, especialmente relatos de mulheres, com denúncias relacionadas à prostituição infantil, violência contra a mulher, contaminação da água, desmatamento, desemprego e deslocamento forçado de famílias sem indenização.

Análise das publicações do MAB – TAG Rondônia

A análise das matérias publicadas no site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a partir da TAG “Rondônia”, permite compreender como a comunicação popular se constitui como estratégia de visibilidade para as demandas sociais das populações atingidas por grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Para tanto, foram analisadas dez matérias publicadas em 2025, observando-se temas recorrentes, autoria dos textos, presença de mulheres e a comunicação popular como instrumento de denúncia, mobilização e fortalecimento político.

As matérias analisadas evidenciam que o site do MAB – TAG Rondônia se configura como um espaço de produção midiática comprometido com a visibilidade de

pautas historicamente marginalizadas, contribuindo para a circulação de informações e para o fortalecimento da comunicação popular como prática política. Observa-se, ainda, a presença de marcadores sociais de gênero e classe nas narrativas, especialmente quando as matérias destacam o protagonismo das mulheres nas mobilizações, nas denúncias de violações de direitos e nas estratégias de organização coletiva, reforçando o papel da comunicação popular como instrumento de disputa simbólica e política na esfera pública.

Na Figura 1, o título destaca a organização coletiva dos atingidos e atingidas em Rondônia, região marcada por desigualdades sociais, econômicas e ambientais, que se mobilizam para construir um coletivo de saúde em parceria com a Fiocruz, instituição de referência em pesquisa e políticas públicas de saúde no Brasil. A menção à “atingidas e atingidos” evidencia a preocupação com a inclusão de gênero, reconhecendo a presença e o protagonismo das mulheres no movimento social, que frequentemente enfrentam vulnerabilidades específicas. O título articula ainda elementos como luta social, gênero, território e acesso à saúde, em um contexto marcado por situações de racismo ambiental.

Figura 1 – Coletivo de Saúde Junto à Fiocruz



NOTÍCIAS | Publicado 26/05/2025 por Breno Vinicius Martins / MAB

ATINGIDOS E ATINGIDAS EM RONDÔNIA CONSTROEM COLETIVO DE SAÚDE JUNTO À FIOCRUZ

Fonte: Site do MAB Tag Rondônia³.

³ Disponível em: <https://mab.org.br/tag/rondonia/>

Na Figura 2, o título evidencia a interseção entre gênero, direitos humanos, ativismo social e desigualdades estruturais. As “mulheres do MAB” representam um grupo específico dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens que, além das consequências sociais e ambientais provocadas pelos empreendimentos hidrelétricos, enfrentam também opressões relacionadas às desigualdades de gênero. O destaque dado às mulheres evidencia a importância de reconhecer suas lutas e seu protagonismo, atravessados pelas relações entre gênero, classe social e ativismo.

Figura 1 – Análise de representação dentro do movimento



NOTÍCIAS | Publicado 31/05/2025 por Coletivo Nacional de
Comunicação do MAB

ÀS VÉSPERAS DA JORNADA DE LUTAS DAS MULHERES DO MAB, MILITANTES SOFREM FLAGRANTES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Fonte: Site do MAB Tag Rondônia⁴.

As “mulheres do MAB” representam um grupo específico dentro do movimento que, além dos impactos sociais e ambientais decorrentes das hidrelétricas, enfrentam

⁴ Disponível em: <https://mab.org.br/tag/rondonia/>

também formas de opressão relacionadas às desigualdades de gênero. O destaque dado às mulheres reforça a importância de reconhecer esse protagonismo nas mobilizações.

Quadro 1 – Publicações do MAB - Tag Rondônia em 2025

TÍTULO	DATA DA PUBLICAÇÃO
NOTA I Entre as secas e enchentes: Rio Madeira entra na cota de alerta, MAB cobra medidas urgentes	20/03/2025
MAB ocupa prefeitura de Porto Velho e realiza reunião com prefeito para criar canal de diálogo	27/03/2025
Enchentes no Rio Madeira: Uma nova crise humanitária em Rondônia	10/04/2025
MAB promove curso de sistema agroflorestal como alternativa de recuperação de áreas degradadas	07/05/2025
MAB recebe MDS e MCM para visita técnica de implementação do Projeto Sanear Amazônia em Porto Velho	14/05/2025
Atingidos e atingidas em Rondônia constroem coletivo de saúde junto à Fiocruz	26/05/2025
Às vésperas da jornada de lutas das mulheres do MAB, militantes sofrem flagrantes violações de direitos humanos	31/05/2025
Agricultores familiares recebem curso de práticas agroecológicas como alternativa para o empoderamento camponês	16/07/2025
Sanear Amazônia: Projeto em parceria com o MAB transforma a realidade das famílias atingidas	22/07/2025

Via Campesina realiza seminário estadual para debater os desafios da articulação frente às crises ambiental e climática	08/10/2025
---	------------

Fonte: Autoria própria

Nesses casos (figuras 1 e 2) a perspectiva interseccional pode ser observada em títulos que evidenciam marcadores sociais relacionados a gênero e classe, especialmente quando considerados os contextos sociais das populações tradicionais e camponesas da Amazônia. Os textos evidenciam a preocupação com a inclusão de gênero ao explicitar a presença de mulheres no processo organizativo, indicando o reconhecimento de seu protagonismo na luta por direitos sociais, especialmente no acesso à saúde pública. Além de revelar como as opressões se intensificam quando articuladas a desigualdades econômicas e territoriais.

Já a leitura de todos os títulos apresentados no Quadro 1 nos permite avaliar que o site do MAB – TAG Rondônia constrói uma narrativa diretamente vinculada às experiências das populações atingidas por barragens, evidenciando tanto situações de vulnerabilidade quanto processos de organização coletiva e construção de alternativas. Títulos como “Entre as secas e enchentes: Rio Madeira entra na cota de alerta, MAB cobra medidas urgentes” e “Enchentes no Rio Madeira: uma nova crise humanitária em Rondônia” apontam para a centralidade das questões ambientais e seus impactos concretos na vida das comunidades, revelando um contexto marcado por insegurança climática, desigualdade social e necessidade de respostas institucionais.

De forma geral, os títulos indicam que o site se constitui como espaço de comunicação popular comprometido com a visibilidade das lutas sociais, evidenciando tanto denúncias de violações de direitos quanto experiências de organização coletiva e construção de alternativas. Observa-se uma narrativa que humaniza os sujeitos atingidos, reconhece a diversidade de suas experiências e evidencia como marcadores sociais como gênero e classe, que atravessam as desigualdades vivenciadas na Amazônia.

Considerações finais

Pode-se considerar que o MAB – TAG Rondônia contribui para a consolidação de uma comunicação engajada e socialmente comprometida, evidenciando a importância de iniciativas que articulem comunicação, identidade, gênero e cidadania, ampliem o debate público e fortaleçam a democracia. A partir da perspectiva da interseccionalidade, o estudo demonstra que o portal apresenta, em seus conteúdos, marcadores sociais de gênero, classe e território de forma articulada, especialmente no contexto das comunidades atingidas por barragens. Observa-se, contudo, a ausência do marcador racial nos textos analisados, indicando uma possibilidade de ampliação do debate, uma vez que as desigualdades raciais constituem dimensão relevante para compreender as vulnerabilidades sociais na Amazônia e aprofundar a análise crítica sobre os impactos do modelo energético nas populações atingidas.

Ainda que apenas duas das dez matérias analisadas apresentem referências explícitas de gênero nos títulos, ambas evidenciam o reconhecimento do papel central das mulheres nas lutas territoriais, ambientais e sociais. As menções às “atingidas” e às “mulheres do MAB” constituem formas discursivas que tensionam a narrativa tradicional, frequentemente marcada pela invisibilização do trabalho político das mulheres. Assim, apresenta-se como um instrumento de comunicação comunitária que constitui com o enfrentamento das desigualdades estruturais e do fortalecimento das lutas sociais na Amazônia. Essa prática comunicacional não apenas informa, mas também contribui para processos de mobilização social e construção de consciência crítica.

No contexto de Rondônia, onde grandes empreendimentos hidrelétricos modificam territórios, modos de vida e relações sociais, essas intersecções tornam-se ainda mais evidentes, afetando especialmente populações ribeirinhas, agricultores familiares e mulheres, conforme indicam os relatórios da Fiocruz citados ao longo do trabalho. Assim, a comunicação popular se reafirma como espaço de resistência simbólica e política, fundamental para ampliar a visibilidade das desigualdades socioambientais e contribuir para o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim. A comunicação desde as barrancas do rio: movimento dos atingidos por barragens. In: **Revista alterjor**. v. 13, n. 1, p. 133-148, 2016.

ARAUJO, Neiva; NOVOA GARZON, Luis Fernando. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. In: **Revista antropolítica**. n. 49, p. 72-100, 2020.

ARAUJO, Valmir Teixeira de. A nova cara da comunicação popular e alternativa em tempos de mídias digitais. In: **Temática - revista eletrônica de publicação mensal**. v. 15, p. 26-40, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Revista estudos feministas**. v. 10, n. 1, p. 171-180, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Manual do atingido**. São Paulo: MAB, 2005. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 24 mar. 2026.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica**. YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZFQ11fri3vs>. Acesso em: 20 mar. 2026.

NÓBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. In: **Revista interdisciplinar da mobilidade humana**. n. 36, p. 125-143, 2011.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória: Edufes, 2024.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação popular e a mídia alternativa e independente em seus matizes originários e atuais. In: **Revista matrizes**. v. 19, n. 2, p. 121-148, 2025.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development: a new framework for decision-making**. London: Earthscan, 2000.